



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

PROCESSO: 0036.011818/2018-88

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 490/2018/SIGMA/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Higienização e Limpeza Hospitalar, Laboratorial e Ambulatorial - Higienização, Conservação, Desinfecção de Superfícies e Mobiliários e Recolhimento dos Resíduos Grupo "D", para atender o Centro de Diálise de Ariquemes - CDA, de forma contínua, de acordo com as normas legais vigentes, pelo período de 12 (doze) meses.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria Nº 018/GAB/SUPEL/2018, publicada no DOE no dia 09 de fevereiro de 2018, em atenção aos RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, pelas empresas: **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – ME e VALESKA ALINE MARIA PEREIRA - EPP**, já qualificadas nos autos epigrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

Dispõe o Artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10520/02, que:

“Artigo 4 – A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

...

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual numero de dias, que começarão a correr do termino do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos...”

De acordo com o Edital – item 11 e subitens - os recursos devem ser interpostos tempestivamente nos prazos prescritos em lei (Lei 10.520/02), bem como de forma escrita e com fundamentação.

Verifica-se que as peças recursais das recorrentes foram anexadas ao sistema Comprasnet em tempo hábil, até o dia 15/01/2019, conforme prevê a legislação em vigor e ata de julgamento do certame.

O prazo e a forma recursal, bem como a legitimidade para o recurso, suas razões e contrarrazões, estão orientados no inc. XVIII, art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, em síntese, quanto às normas aqui citadas, a intenção de recurso deve ser declarada em campo próprio do Sistema, após declarado o vencedor e motivadamente seguindo-se o prazo de 3 (três) dias para as razões, com igual prazo para as contrarrazões.

Verificados os requisitos de admissibilidade, quais sejam tempestividade, legitimidade e interesse, passamos a análise do pleito.

II - DA SÍNTESE DOS RECURSOS

A recorrente **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS** 4433325, apresenta em sua peça recursal inconformismo com a decisão de aceitação e habilitação da empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA**, alegando para tanto a inexequibilidade da Planilha de Formação de preços, bem como a apresentação de documentos vencidos e inverídicos apresentados por esta na fase de habilitação.

Argumenta no recurso interposto que a empresa recorrida apresentou em sua formação de preços um quantitativo com valor mensal e anual inexequível, uma vez que o valor a ser pago para cada funcionário e demais despesas a serem arcadas subtraído pelo valor ofertado para a execução do serviço não geraria lucro algum à prestadora do serviço.

Relacionado à documentação vencida, a empresa apelante pondera que conforme dispõe a legislação e o edital o prazo para regularização de qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista é de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogável por igual período, a critério da Administração desde que requerida pelo licitante mediante justificativa. Reforça ainda que os licitantes têm a obrigação de manter a sua habilitação regular a todo momento.

Enfatiza em sua peça recursal que a empresa **CARLOS ANDRÉ** não cumpriu as exigências de habilitação do Edital, tendo em vista que a habilitação ocorreu no dia 10/01/2019, sendo que a licitação aconteceu no dia 05/12/2018, ou seja, 36 dias após a fase inicial do pregão, destaca que todas empresas tiveram tempo para regularizarem qualquer documentação incompleta ou que poderia vencer. A documentação de comprovação de registro ou inscrição da empresa junto ao conselho de classe e a comprovação de responsável técnico apresentada se fez por documentação vencida, haja vista a validade ser até o dia 31/12/2018 e apresentação dia 10/01/2019.

Fora as outras questões apontadas pela empresa **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, outro ponto destacado pela recorrente são os supostos documentos inverídicos, afirmando ser mais um critério de desclassificação ou inabilitação da empresa apelada. Destacando a extrema gravidade do documento encaminhado no dia 10/01/2019, em sua fase de habilitação, com a descrição: Atestado de Capacidade Técnica, sendo seu emissor o Centro de Ensino São Lucas CNPJ: 84.596.170/0001-70, Objeto do Atestado: Prestação de serviços de limpeza e conservação, empregando mão de obra qualificada e exclusiva, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, totalizando uma área de 4.563,50 metros quadrados (incluindo áreas internas e externas da Unidade de Saúde Oswaldo Piana), assinado pelo Sr. Cláudio Bruno Avanzo Fonseca (Gerente de manutenção e infraestrutura). A recorrente afirma que o primeiro ponto a ser destacado e analisado é que os serviços de limpeza interna e externa da Unidade de Saúde Oswaldo Piana é realizado pela empresa **KAPITAL SERVIÇOS**, frisando que o mesmo pode ser comprovado mediante consulta na Página de Transparência da Prefeitura de Porto Velho.

Ainda relativo ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa **CARLOS ANDRÉ**, a recorrente invoca a assinatura do referido atestado, alegando que na documentação encaminhada pela recorrida não consta documento que comprove que o Sr. Claudio Bruno Avanzo Fonseca tem poderes para emitir documentos em nome do Centro de Ensino São Lucas.

Enfatiza ainda em seu recurso administrativo que diante das condutas praticadas pela empresa **CARLOS ANDRÉ**, a proposta e os documentos apresentados pela mesma são elementos suficientes para sua **DESCCLASSIFICAÇÃO** ou **INABILITAÇÃO** no certame, deixando a critério da comissão de licitação. Que seja revisto os atos da ilustre Pregoeira para que seja desconsiderada a decisão que **ACEITOU** e **HABILITOU** a empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA**, CNPJ nº 11.484-381/0001-48, e que aceite o presente recurso com efeito suspensivo, levando em consideração os fatos apresentados.

Ao final requer:

1. Que seja realizado DILIGÊNCIA junto a Prefeitura de Porto Velho, e ao Centro de Ensino São Lucas, com relação à emissão do documento de Atestado de Capacidade Técnica;

A recorrente **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA – EPP 4433287**, através de sua peça recursal apresentou recurso interposto no mesmo sentido da empresa **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, alegando inconformismo face à habilitação da empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA**.

Argumenta que o atestado de capacidade técnica apresentado ao certame pela empresa ora vencedora **CARLOS ANDRÉ**, não atende aos requisitos exigidos do Edital, tendo em vista que nos documentos encaminhados não consta documento que comprove a veracidade de poderes do Sr. Cláudio Avanzo Fonseca emitir documentos representando o Centro de Ensino São Lucas. A recorrente alega que somente a Prefeitura de Porto Velho é o emissor legal referente à prestação de serviços na Unidade de Saúde Oswaldo Piana. Destaca ainda que a empresa responsável pela limpeza da referida unidade de Saúde não é a empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA**.

Alega que além dos pontos supracitados tiveram outras condutas como, a falta de encaminhamento de declaração de responsável técnico e falta de encaminhamento do conselho regional de químico ou conselho compatível com o objeto da presente licitação, a apelante diz que a empresa recorrida na tentativa de suprir tal exigência do instrumento convocatório encaminhou documento de comprovação e o registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, documento que diverge do objeto do certame.

Ao final REQUER:

1. A DESCLASSIFICAÇÃO e/ou INABILITAÇÃO da empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA**, CNPJ nº 11.484.381/0001-48

2. A diligência do documento apresentado “Atestado de Capacidade Técnica” emitido em nome Do Centro de Ensino São Lucas.

3. Que em caso de INDEFERIMENTO do presente recurso administrativo, que o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sejam devidamente informados.

II – CONTRARRAZÕES

A empresa **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA – ME 4433363** apresenta suas contrarrrazões em desfavor do recurso das empresas **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS** e **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA – EPP**.

Argumenta que quanto ao apontamento de inexecução é grande falta de respeito com a comissão de licitação, sendo que as propostas foram devidamente analisadas, reajustadas e laboradas corretamente, compreendendo todos os custos necessários para a execução do contrato.

Alega que referente aos supostos documentos vencidos, fica comprovado a desesperada ação da recorrente em tentar deturpar a decisão da pregoeira, informando que por simples consulta nos documentos enviados é possível verificar que os mesmos estão válidos até 31/03/2019.

Relativo à assinatura do Sr. Cláudio Bruno Avanzo Fonseca, a empresa apresenta que conforme os documentos anexados ao recurso, constata-se que a mesma detêm todos os documentos necessários para comprovar e cumprir o que fora solicitado via ato convocatório, e caso, ainda, poderá a qualquer momento diligenciar as informações fornecidas pelo contrarrazoante, que assim o fez, tanto que detêm de contrato de prestação de serviço e notas fiscais das prestações.

III - DA ANÁLISE E DECISÃO

As formalidades descritas no instrumento convocatório foram alinhadas ao termo de referência, e devem ser cumpridas, sem que se deixe de observar, contudo, os fins a que se destinam, assim, excessos de rigorismo não podem afastar competidores e prejudicar os usuários da saúde pública, conforme previsão nos termos do edital.

*23.9. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da **Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO** a finalidade e a segurança da contratação.*

Deve-se, portanto, afastar as exigências inúteis ou excessivas que possam diminuir o caráter competitivo do certame, possibilitando à Administração a escolha da proposta que lhe seja mais vantajosa.

O parágrafo único, do art. 4º, do Decreto Estadual nº 12.205, de 05 de maio de 2006, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, faz referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que busca a proposta mais vantajosa.

A ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade da aplicação das exigências. Assim passo a expor e decidir.

Sobre a exequibilidade dos valores ofertados, a Administração não controla os preços de mercado. Cada proponente é o senhor único de seus lances, e no caso de firmar compromisso com a Administração, cabe à fiscalização do contrato acompanhar o cumprimento da execução, inclusive quanto ao preço proposto, sob pena das sanções previstas, conforme dispõe as regras do termo de referência item 4.3 e subitens que é conhecido de todos os participantes no certame.

4.3. Acompanhamento, Fiscalização e Controle

4.3.1. A ADMINISTRAÇÃO fiscalizará a execução do serviço contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado, podendo usar como modelo o Guia de Fiscalização de Contratos, conforme Anexo II deste Termo de Referência.

4.3.2. A fiscalização pela ADMINISTRAÇÃO, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

4.3.3. A ausência de comunicação por parte da ADMINISTRAÇÃO referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

4.3.4. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

4.3.5. A CONTRATADA se obriga a permitir que auditoria interna da ADMINISTRAÇÃO e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito ao objeto deste instrumento.

4.3.6. A ADMINISTRAÇÃO poderá a qualquer tempo realizar avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

4.3.6.1. A avaliação será considerada pela ADMINISTRAÇÃO para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o presente Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

4.3.7. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude

desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, recusa de utilização adequada dos EPI, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.*
- b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional.*
- c) Solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades e as Normativas vigentes.*

Vale observar que providências foram tomadas pela Pregoeira a fim de certificar-se que a contratação não traria prejuízos à Administração e que os valores ofertados eram exequíveis, assim, as planilhas de custos e formação de preços apresentadas foram submetidas a Gerência de Pesquisa e Análise de Preços da SUPEL que é composta por profissionais devidamente capacitados, quais sejam: Economistas, Administradores, Contadores que em nenhuma das análises realizadas apontou qualquer indício de inexecutabilidade.

Ademais cabe mencionar que os valores ofertados pelas empresas participantes até o sexto colocado, estão muito próximos entre si, conforme abaixo 3972033:

- 1. CARLOS: R\$ 220.210,25
- 2. ARAÚNA: R\$ 220.240,19
- 3. OBJETIVO: R\$ 220.259,00
- 4. KAY: R\$ 220.559,24
- 5. LOCAÇÃO: 222.384,00
- 6. VALESKA: 222.410,00

Vale observar que constam nos Quadro estimativo de preços 3147014 que foi elaborado em conformidade com as informações do termo de referência e MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO 3146857 onde fica demonstrado que o valor estimado para a contratação era de R\$ R\$ 227.198,63, ou seja, não tão diferente dos valores ofertados e que pudesse ser caracterizado como inexequível.

A respeito da argumentação de que a recorrida deveria estar com sua documentação vigente desde a abertura do certame, a Pregoeira faz as seguintes considerações:

Conforme se pode extrair da leitura da ata de julgamento do certame 4300204, a abertura, fase de lances, negociação e convocação para envio da PROPOSTA DE PREÇOS e planilha de custos e formação de preços se deu no dia 05/12/2018 e a convocação para envio dos documentos de HABILITAÇÃO se deu no dia 10/01/2019.

Considerando que o Pregão possui fases distintas – propostas e habilitação, a Pregoeira deixa claro nas mensagens emitidas através do canal de contato com os participantes “chat”, parte integrante da ata, que estava requisitando tão somente o envio da PROPOSTA e planilha de custos e formação de preços, sendo esta convocação que a recorrida cumpriu.

*10.1. Concluída a fase de **ACEITAÇÃO** das propostas, ocorrerá a fase de envio do anexo da habilitação, da seguinte forma:*

10.1.1. Quando convocado pela Pregoeira o licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação de habilitação exigida nos termos seguintes; (...)

Ainda sobre a validade das Certidões apresentadas tem-se que os documentos com data de validade expirada apresentadas através do SICAF (Certidão de regularidade Estadual e Municipal) foram encaminhadas pela recorrida para cumprimento das regras editalícias, bem como a validade tanto do CREA quanto do responsável técnico é até o dia 31/03/2019, podendo ser verificado nos documentos apresentados 4296946, juntados aos autos, portanto, não há o que se falar de documentação vencida.

No que se refere ao Atestado de capacidade técnica considerando o item 10.6 "a7" e 23.3 do edital, que estão alinhados ao art. 43 parágrafo 3º da Lei Federal 8.666/93, a Pregoeira procedeu diligências 4450602 junto a recorrida que apresentou documentação necessária assinada pelo setor de recursos humanos atestando que a pessoa responsável pela emissão do atestado faz parte da empresa como Administrador de suporte técnico, logo possui competência para emitir atestados para os serviços prestados.

Sobre a veracidade das informações constantes no atestado de capacidade técnica a recorrida apresentou Contrato de prestação dos serviços assinado em junho de 2018 com vigência de 12 (doze) meses, ou seja, ainda vigente até junho de 2019, bem como notas fiscais do período de 08/11/2017 a 06/12/2017 e de janeiro a dezembro de 2018, bem como documento afirmando que de fevereiro de 2015 a junho de 2018 trabalhou para a empresa emissora do atestado através de diárias.

Vejamos o que dispõe o edital a respeito da apresentação do atestado:

10.6. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação conforme delimitado abaixo:

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem os serviços de limpeza hospitalar.

O atestado apresentado dispõe de execução de serviços de limpeza prestados no Posto de Saúde Osvaldo Piana que trata-se de um estabelecimento de saúde tipo Centro de Saúde, Unidade Básica que executa serviços de saúde na localidade do bairro Areal da cidade Porto Velho - RO.

a.2) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo, com pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo previsto para limpeza de áreas hospitalares no Termo de Referência.

Somando as áreas internas, externas e esquadrias temos 5.255,02m² sendo esta a metragem do local onde será executado o serviço, logo a recorrida deveria apresentar para comprovação do quantitativo um atestado compreendendo no mínimo a execução dos serviços num estabelecimento de saúde hospitalar de 1.576,50 m². O atestado apresentado demonstra a execução dos serviços numa área de 4.563,50m² logo, superior ao exigido.

a.3) Entende-se por pertinente e compatível em prazo o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo, pelo período mínimo de 30% (trinta por cento) da vigência proposta.

Para atendimento ao prazo o termo de referência exige comprovação mínima de 04 (quatro) meses, o atestado acompanhado das notas fiscais e contrato de execução dos serviços contempla um período de 06 (seis) meses, ainda com vigência de mais 06 (seis) meses, logo, superior ao exigido.

a.4) A análise de cada subitem relativo ao Atestado de Capacidade Técnica quanto a características, quantidades e prazos deverão ser avaliados individualmente de acordo com o previsto neste tópico, sendo desclassificado caso não atenda ao mínimo previsto em qualquer dos subtópicos individuais.

a.5) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

a.6) Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito privado dever ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

a.7) E, na ausência dos dados indicados acima em especial do reconhecimento de firma em cartório competente, antecipa-se a diligência prevista no art. 43 parágrafo 3º da Lei Federal 8.666/93 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam: notas fiscais de compra e venda, cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado. (Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 24/02/2017 e número 002/2017/GAB/SUPEL de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial de Rondônia no dia 10/03/2017).

Sobre o fato da Unidade de Saúde Osvaldo Piana fazer parte de rede pública municipal e o atestado emitido ser de uma empresa privada. Buscando dirimir qualquer dúvida em sede de diligência, a Pregoeira questionou a recorrida sobre o fato, que apresentou o Convênio firmado entre o Município de Porto Velho e o Centro de Ensino São Lucas 4481605, assim, resta claro que a recorrida prestou os serviços para a empresa Centro de Ensino São Lucas e não para a Prefeitura, logo, o emitente legal é aquele que efetuou o pagamento dos serviços prestados, Centro de Ensino São Lucas, assim como demonstram as notas fiscais apresentadas e que foram devidamente validadas no site da Prefeitura de Porto Velho, conforme comprovação juntada ao processo no sistema SEI 4457423.

Além das informações já evidenciadas anteriormente o atestado cumpriu com as demais exigências constantes em todas as alíneas descritas, assim resta comprovado que a recorrida possui capacitação técnica necessária para execução dos serviços pretendidos.

No tocante a apresentação de responsável técnico a recorrente afirma em seu recurso que a recorrida descumpriu a letra “c1” do item 10.6 do edital, deixando de apresentar declaração do responsável técnico que deveria ser o CRQ – Conselho Regional de Química e não CREA como apresentou a recorrida.

Vejamos o que dispõe o edital acerca da exigência do responsável técnico:

10.6. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

c) Comprovação da existência no quadro da empresa de responsável técnico pelas atividades da mesma.

c.1) Tal comprovação (do responsável técnico) poderá ser feita mediante declaração formal de disponibilidade do profissional conforme preceitua o art. 30, §6º, da lei 8.666/93.

Podemos extrair do texto acima que em nenhum momento o edital que foi alinhado ao termo de referência definiu qual seria o profissional técnico, visto que existe uma vasta lista de profissionais que se encaixam como responsável técnico para o serviço pretendido.

Ainda assim, considerando que a exigência de profissional técnico, constava no termo de referência que é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde a Pregoeira com fundamento no subitem 10.7 do edital, solicitou parecer do Engenheiro responsável buscando assim, subsidiar sua decisão em aceitar como responsável técnico da recorrida o Engenheiro Sanitarista através do CREA 4459550

10.7. A Pregoeira, caso julgue necessário, poderá submeter a documentação relativa a habilitação técnica, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos serviços ofertados, podendo ainda solicitar parecer técnico de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela para orientar sua decisão.

Segue parecer emitido pelo responsável o Sr. Gustavo Soares e Silva - Engenheiro Mecânico 4463743:

A empresa, apresentou um profissional ligado ao sistema CONFEA/CREA, tendo o título de Engenheiro Sanitarista e Ambiental.

Este profissional, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, é habilitado conforme resolução: Nº 218 DE 29 junho 1973, Nº 310 DE 23 de julho de 1986 e Nº 447, DE 22 DE SETEMBRO DE 2000, dentre outras atividades a Supervisão, Coordenação, Planejamento e execução do controle sanitário do ambiente, (art. 18 da resolução: Nº 218, DE 29 junho 1973). O Controle Sanitário de um ambiente é bem amplo, sendo que a limpeza e conservação é um dos requisitos, portanto o profissional é habilitado a exercer esta função de responsável técnico, de um empresa que realiza esta atividade. Quanto a coleta de resíduo do grupo "D", é explícito na resolução Nº 310 DE 23 de julho de 1986, onde informa; que compete ao profissional Engenheiro Sanitarista: "coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo)".

Além da legislação citada, a empresa apresentou a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA (4296946 fl.39), emitida pelo CREA-RO. Este documento, informa que a empresa tem como o objeto "GERENCIAMENTO DOS RSS(RESÍDUOS SÓLIDOS), SUPERVISIONA, COORDENA E ASSESSORA SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO HOSPITALAR, ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO, PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA OPERACIONALIZAÇÃO DE EQUIPES; REALIZA A ASSISTÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONSULTORIA. GERAÇÃO DE RESÍDUOS (GRUPOS D); COORDENA A OPERAÇÃO, EXECUTA E FISCALIZA ATRAVÉS DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MONITORAMENTO." e que seu profissional responsável técnico é habilitado para tal função. Para registro da empresa, no sistema CONFEA/CREA, é analisada toda documentação, através de suas câmaras especializadas, verificando a habilitação do responsável técnico é condizente com o objeto da empresa.

Portanto, a decisão da pregoeira foi correta em aceitar este profissional, visto que a legislação bem como o próprio CONFEA/CREA, emitiu a certidão, habilitando a empresa bem como seu profissional de realizar as atividades.

Atenciosamente,

Gustavo Soares e Silva

Engenheiro Mecânico

Conforme explanação acima, resta claro que a recorrida cumpriu com a vinculação ao instrumento convocatório, conforme dispõe o Artigo 41 da Lei de Licitações 8.666/93 apresentado toda documentação necessária e exigida para fins de sua habilitação no certame.

Ressalta-se que o processo licitatório foi conduzido observando os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correspondentes visando contratar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto e com base na legislação pertinente, para, no mérito, analisá-las pontualmente para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados a Pregoeira decide:

1. IMPROCEDENTE os recursos interpostos pelas empresas **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS – ME e VALESKA ALINE MARIA PEREIRA - EPP**

Seguidamente, submete-se o assunto à autoridade superior, de conformidade com o Art. 109, Parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

Porto Velho, 30 de janeiro de 2019.

NILSEIA KETES COSTA

Pregoeira da Equipe SIGMA/SUPEL

Mat. 300061141



Documento assinado eletronicamente por **Nilseia Ketes Costa, Pregoeiro(a)**, em 30/01/2019, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4481693** e o código CRC **1C0C75AB**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0036.011818/2018-88

SEI nº 4481693